PERSPECTIVAS TEOLÓGICAS E HISTÓRICAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO LIVRO “DIREITOS HUMANOS”, DE 1978

Perspectives theological and historical from the publication of the book “Human Rights”, 1978

Perspectivas teológicas e históricas a partir de la publicación del libro “Derechos Humanos”, de 1978

RESUMO Este artigo analisou as perspectivas transcorridas no livro publicado, em 1978, pela Edições Paulinas intitulado “Direitos Humanos”, obra capitaneada pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. Diversos autores participaram da confecção dessa obra e contribuíram com múltiplas facetas referentes à temática dos Direitos Humanos. Verificaram-se abordagens teológicas, filosóficas, históricas e sociológicas que percorreram desde aspectos do evangelho, como aspectos políticos e sociais. O centro do debate e da reflexão decorreu da visão antropológica do ser humano e de como as pressões por direitos norteiam os discursos ideológicos das principais instituições de poder, entre elas, o Estado. Portanto, analisamos o discurso advindo de uma perspectiva teológico/filosófica para compreender a construção da ideia de Direitos Humanos que transparece nesses textos.

PALAVRAS-CHAVE: DIREITOS HUMANOS. ESTADO. PODER. DEMOCRACIA.

ABSTRACT This article analyzed the perspectives elapsed in the “Human Rights” book, published in 1978 by Paulinas Edition, financed by the Theology College Nossa Senhora da Assunção. Several authors participated this work and contributed with multiple facets referring to the theme of Human Rights. There were theological, philosophical, historical and sociological approaches that covered aspects of the theology, such as political and social aspects. The center of debate and reflection stemmed from the anthropological vision of the human being and how pressures for rights guide the ideological discourses of the main institutions of power, including the State. Therefore, we analyze the discourse from a theological/philosophical perspective to understand the construction of the idea of Human Rights.

KEYWORDS: HUMAN RIGHTS. STATE. POWER. DEMOCRACY.

RESUMEN Este artículo analizó las perspectivas transcurridas en el libro publicado en 1978 por las Ediciones Paulinas titulado “Derechos Humanos”, obra capitaneada por la Facultad de Teología

RODRIGO BARBOSA SCHIAVINATO
Doutorado em
História pela UFPR.

Nuestra Señora de la Asunción. Diversos autores participaron en la confección de esta obra y contribuyeron con múltiples facetas referentes a la temática de los Derechos Humanos. Se verificaron enfoques teológicos, filosóficos, históricos y sociológicos que recorrieron desde aspectos del evangelio, como aspectos políticos y sociales. El centro del debate y la reflexión transcurrió de la visión antropológica del ser humano y de cómo las presiones por derechos orientan los discursos ideológicos de las principales instituciones de poder, entre ellas, el Estado. Por lo tanto, analizamos el discurso proveniente de una perspectiva teológico/filosófica para comprender la construcción de la idea de Derechos Humanos que se refleja en estos textos.

PALABRAS CLAVE: DERECHOS HUMANOS. ESTADO. POTENCIA. DEMOCRACIA.

INTRODUÇÃO

Foi publicado no ano de 1978 pela Edições Paulinas – São Paulo, o livro “Direitos Humanos”, coletânea em que participaram autores¹ relacionados às esferas da Teologia, Filosofia, Direito, Antropologia, Sociologia, Ciência Política e História. Este artigo tramita pelos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e pelos 40 anos de publicação do respectivo livro. Essa obra fez parte da série “Teologia em Diálogo”, produzida pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção e mostrou a perspectiva da Igreja Católica, o olhar da Teologia e da doutrina cristã perante os desafios de aplicação prática das questões teóricas relacionadas aos Direitos Humanos historicamente construídos. Portanto, apresentaram-se nas páginas dessa obra análises teológicas decorridas do evangelho e aspectos concretos e culturais das sociedades responsáveis pela criação e propagação de direitos inerentes às dignidades humanas a partir de uma constituição histórica.

As múltiplas formações dos autores envolvidos trouxeram para o debate tanto os Direitos Humanos em sua abordagem política, cultural e social, como em sua aborda-

gem transcendental e detentora da ideia de Revelação advinda das Escrituras Sagradas. Nesses enfoques, próprios da Teologia da Libertação,² considerou-se que a Bíblia obteve sua produção no seio de condicionamentos históricos, tornando-se, dessa maneira, fruto de uma produção cultural construída a partir de um contexto determinado. Portanto, esses textos perpassaram por reflexões teológicas do evangelho e pelas pressões sociais que fizeram emergir no discurso político a criação e a defesa de direitos básicos que garantissem o recrudescimento das injustiças provocadas pelas estruturas sociais.

CONTEXTO DE PRODUÇÃO DO LIVRO “DIREITOS HUMANOS”

Procurou-se abordar os direitos a partir de conjunturas políticas em que essas observações estavam na pauta do debate. Especificamente, privilegiou-se a análise da realidade sul-americana que no período sofria com regimes militares ditatoriais emergidos em contexto da Guerra Fria. O Brasil era governado pelo general Ernesto Geisel³ (militar que se

¹ B. Beni dos Santos; Hubert Lepargneur; José Maria Frutuoso Braga; Geraldo Majella Agnelo; Gilberto S. Gorgulho; Hélio Pereira Bicudo; Dom Paulo Evaristo Arns; Roberto Mascarenhas Roxo; Romano Rezek; Waldemar Valle Martins; Dalmo de Abreu Dallari.

² Corrente teológica cristã nascida na América Latina, após o Concílio Vaticano II. O principal expoente no Brasil é o Teólogo Leonardo Boff.

³ FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**, 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995, p. 488. “Geisel nasceu no Rio Grande do Sul, filho de um alemão protestante luterano que emigrou para o Brasil em

distanciava da chamada “linha-dura”), primeiro presidente escolhido no Colégio Eleitoral promulgado pela Constituição de 1967. Seu governo durou de 1974 a 1979 e se caracterizou por uma liberalização lenta, gradual e segura, chamada de distensão. Esse flerte com a abertura política foi fruto das pressões dos grupos opositores, entre eles a Igreja Católica, que encabeçava uma campanha contra a tortura. Em 1975, houve intensa manifestação da classe média e da igreja contra a morte do jornalista Vladimir Herzog. Acusado de ter relações com o PCB, o diretor de jornalismo da TV Cultura foi torturado e morto depois de ser intimado a comparecer ao DOI-CODI em São Paulo. Pelo ocorrido, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, um dos autores analisados, rezou uma missa na Praça da Sé em homenagem ao jornalista e em defesa do respeito aos Direitos Humanos pelo Estado e governos brasileiros (FAUSTO, 1995, p. 488-492).

Esses contextos em certa medida influenciaram nas abordagens presentes no livro, pois as lutas pelo poder fizeram que avanços e recuos se notabilizassem no campo das liberdades democráticas. Um ano antes da publicação, em 1977, foi promulgado pelo governo Geisel um conjunto de preceitos conhecidos como “pacote de abril”. Esses termos tentaram contornar o fato de que o governo não conseguia mais aprovar pelo Congresso as medidas constitucionais. Pelas ementas, o Congresso foi posto em recesso e novas leis foram decretadas, entre elas, a criação do senador biônico, cargo eleito por um colégio eleitoral de forma a manter o poder central com maioria no Senado. O objetivo desse pacote era impedir que o MDB possuísse o maior número de senadores. Além do mais, os critérios de representação da Câmara dos Deputados foram alterados de modo

a favorecer os Estados do Nordeste, região controlada em grande parte pela ARENA. Por fim, a Lei Falcão que restringia as campanhas políticas (tanto da ARENA como do MDB) foi estendida para as esferas legislativas e o mandato presidencial passou de cinco para seis anos (FAUSTO, 1995, p. 488-492).

As principais fontes utilizadas nos artigos do livro foram a Bíblia, os documentos da igreja, as ideias iluministas emergidas das revoluções burguesas do século XVIII e aspectos da realidade contemporânea. Ao longo dos textos, principiaram-se discussões filosóficas acerca dos discursos emanados dos meios do poder sobre os Direitos Humanos. Em processo dialético, relacionou-se a leitura teológica do evangelho articulada pela Teologia da Libertação com as leis positivas, a questão do Estado com as pressões populares, as desigualdades e contradições econômicas advindas do sistema capitalista com as medidas da social democracia e as esferas de atuação das instituições públicas mediante o discurso em defesa dos marginalizados e excluídos. No seio dessas análises, teorizou-se sobre o papel da sociedade, da igreja e do Estado nas questões relativas aos direitos políticos, econômicos, jurídicos, sociais, culturais e religiosos.

PERSPECTIVAS DA HISTÓRIA

O estudo da História pincelou a formação de conceitos como “democracia”, “liberdade” e “direito” no decorrer do texto “A Conquista dos Direitos Humanos: esboço histórico”, do Pe. Hubert Lerpagneur. Foi buscado na Grécia dos séculos V-IV a.C. o princípio das etapas dos direitos, pelo contexto, limitados por uma sociedade juridicamente desigual. Após a evidência de que os filósofos atenienses eram contrários à ideia de democracia numa sociedade que justificava a escravidão, o autor estabeleceu as bases do funcionamento do sistema político de Atenas. A democracia direta caracterizava-se pelo direito à palavra de todo cidadão⁴ na Ágora, assembleia reunida periodicamente. Os cargos públicos eram estabelecidos por sorteio e

1890, tornando-se professor. Ao lado da carreira no Exército, o general ocupava postos administrativos, sendo o mais importante o de presidente da Petrobrás. Tinha também os olhos postos na política. Colaborou com o governo Dutra e ajudou a formular o compromisso que garantiu a posse de João Goulart em 1961. Suas ligações com o grupo castelista eram notórias, como membro do corpo permanente da ESG e chefe da Casa Militar de Castelo Branco. Nesse cargo, contribuiu para manter a “linha dura” a distância”.

⁴ Estrangeiros, escravos e mulheres não eram considerados cidadãos.

constantemente renovados. Para Hubert Lepargneur, a democracia ateniense era empírica e voltada para o bem-comum de cidadãos educados que sabiam agir politicamente. A consciência política, nesses termos, relacionava-se às liberdades individuais e coletivas dos cidadãos (LEPARGNEUR, 1978, p. 07-21).

Entre os autores, Lepargneur foi o que recuou de forma mais longa na História para poder fazer um exercício de comparação com os direitos de seu tempo. Ao longo de seu texto, também orientou suas análises para o renascimento urbano do medievo (séculos XII-XIII), contexto em que emergiram as ordens mendicantes cujo propósito estava na crítica aos privilégios e riquezas dos grupos mais elitizados. O crescimento das principais cidades da cristandade fez que surgissem uma massa de marginalizados excluídos da divisão tripartida da sociedade medieval, fator que propiciou o fortalecimento de franciscanos e dominicanos. Nesse período, o direito e a justiça significavam as reivindicações que destoavam da ordem comum. As decisões judiciais eram uma forma de ajustar as relações entre as pessoas juridicamente desiguais, não para torná-las similares, mas para manter a ordem orgânica da sociedade. Portanto, na Idade Média, o direito possuía o preceito de adequar as disfunções da prescrição social (LEPARGNEUR, 1978, p. 07-21).

Em abordagem aproximada, Roberto Mascarenhas Roxo (conhecido no meio eclesial como Monsenhor Roxo), no texto “Teologia e Direitos Humanos”, analisou criticamente como a justiça e o direito, na antiguidade, trataram das questões fundamentais do que hoje ficou conhecido como Direitos Humanos. Para o autor, o direito derivava da preservação da ordem estabelecida. As leis, teorizações e utopias constituíam uma estética social. O objetivo apoiava-se na manutenção do *status quo* e não na formação de uma nova sociedade. O direito romano era consuetudinário e universal. Devia expressar o bom senso da ordem tradicional e a funcionalidade da organicidade social. Nesses termos, a paz social era definida como tranquilidade da ordem.

Nos períodos da antiguidade e do medievo, a manutenção das camadas sociais desconsiderava a ideia de Revolução. Essa concepção começou a mudar a partir do antropocentrismo do Renascimento, época em que se formulou uma primeira afirmação consciente dos Direitos Humanos (ROXO, 1978, p. 30-45).

Roberto Mascarenhas Roxo justificou o não delineamento de uma concepção de Direitos Humanos no período da antiguidade. Segundo a Paideia Grega e o humanismo romano, o homem é abstrato, anti-histórico e estático de uma ordem universal definida. Portanto, o homem não era compreendido por uma abordagem antropocêntrica como se projetou na época posterior à Idade Média. Nesse ponto de vista, os Direitos Humanos apareciam como que determinados pela natureza, pois traduziam a imutabilidade do ser humano numa ordem estabelecida. Em relação à História, a definição de homem desconhecia os processos de evolução. Dessa forma, não havia razão que justificasse uma luta por direitos, pois a própria natureza havia delimitado as condições inerentes a cada pessoa (ROXO, 1978, p. 30-45).

PERSPECTIVAS DA BÍBLIA

Além da História, a Bíblia foi fonte recorrente. O livro “Direitos Humanos”, por apresentar uma perspectiva teológica dos direitos historicamente construídos como medida de amparar dignamente as múltiplas categorias de seres humanos, buscou nas narrativas do evangelho os exemplos ilustrativos para a verificação das complexas relações contemporâneas dos governos e das sociedades em meio a um sistema político/econômico capitalista e excludente. A Bíblia, por conter histórias produzidas por um contexto definido, obteve, em seus exemplos, a devida relativização histórica, problematizada, para servir de aporte e instrumento ao debate proposto pelos autores participantes do livro na discussão e reflexão sobre as questões dos direitos.

Hubert Lepargneur, a partir da Teologia, definiu o homem como cultural e trans-

cidental. Por essa análise, considerou que os direitos individuais sofrem a influência da Filosofia e da religião. Ao escrever sobre os direitos pelo ponto de vista da teologia bíblica, reforçou a herança judaica (medidas de teor social) presente no Novo Testamento e a ideia de que o “homem é imagem de Deus”. Pela salvação (soteriologia), cada ser humano merece infinito respeito, pois Deus está nas pessoas, tornando a vida sagrada. Por conseguinte, os homens devem amar o próximo como amam a Deus. Na prática, essa concepção, pelo discernimento cristão, favoreceu a filantropia, o assistencialismo e a fraternidade (LEPARGNEUR, 1978, p. 07-21).

Gilberto Gorgulho, teólogo e frei dominicano, autor do texto “O Evangelho e os Direitos Humanos”, relacionou o Novo Testamento com os direitos e o sentido da dignidade humana. Para a temática dos Direitos Humanos, Gorgulho defendeu a novidade nascida com o cristianismo e a consequente ideia de Revelação. Segundo o autor, o verdadeiro sentido dos direitos do homem está em sua transcendência e em seu encontro com Deus. Perspectiva parecida com a do autor Hubert Lepargneur, em que o ser humano se torna digno de direitos por sua natureza transcendental. A partir do Evangelho de São João, Gilberto Gorgulho definiu a transcendência pela verdade advinda na relação dos homens com Deus na gênese do momento da fixação de que as pessoas não são fechadas em si mesmas. A relação do ser humano com Deus, nesse ponto, revelou os direitos devidos a cada um em uma ordem estabelecida (GORGULHO, 1978, p. 22-29).

Em relação à justiça de Deus, a sentença judicial decorre da salvação definitiva. No Sermão da Montanha, a verdadeira justiça estava na superação do terreno pelo divino. A concepção de direito e justiça, a partir da Bíblia, decorre dessas análises de que o homem possui uma natureza transcendente. Ao analisar as tradições presentes nos textos do Novo Testamento, Gilberto Gorgulho exaltou de forma crítica que a questão da justiça significava a libertação dos escravos, dos oprimi-

dos e dos excluídos. O Evangelho de Mateus mantém essa perspectiva ao corroborar que a justiça constituía um ato em favor dos pobres e dos marginalizados. No Evangelho de Mateus, a justiça ganhou uma dimensão antropológica na medida em que o homem construiu a sua vida no seu relacionamento com a natureza, religião e sociedade (GORGULHO, 1978, p. 22-29).

Verificar os Direitos Humanos a partir da Bíblia supõe uma naturalidade da dignidade humana devido à relação do homem com Deus. Beni dos Santos, no texto “Justiça Social e Direitos Humanos”, analisou o conceito de justiça social utilizando como fonte a doutrina do profeta Amós (aproximadamente 750 a.C.). Esse profeta do judaísmo contestava as desigualdades e a ostentação das elites de seu tempo. Por ser do grupo dos marginalizados e excluídos, o profeta Amós criticava o sistema antinatural em que uma pequena parcela da sociedade usufruía das riquezas geradas pelo trabalho da maioria das pessoas. O exemplo do profeta instrumentalizou a crítica que Beni dos Santos outorgou à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, segundo o autor, demasiadamente individualista e liberal, responsabilizando apenas o Estado pelas medidas voltadas aos direitos sociais (SANTOS, 1978, p. 67-72).

Pelo Antigo Testamento, a sociedade devia proteger os mais pobres, concepção de solidariedade característica daqueles tempos. Por esse olhar, competia a toda a sociedade, e não apenas ao Estado, a assistência aos marginalizados. Beni dos Santos reforça que, pelo olhar bíblico, a justiça social demanda por uma mudança estrutural da sociedade na medida em que os bens devem ser todos repartidos (SANTOS, 1978, p. 67-72). A mudança das estruturas sociais precisaria abranger os indivíduos, uma mudança interna, de concepção, fator preponderante para que a sociedade como um todo pudesse ser justa e solidária. O foco principal dessas análises consistiu na crítica ao sistema político e econômico da sociedade atual em que as constituições burguesas delegam aos

governos a responsabilidade das práticas sociais mediante arrecadação de impostos.

PERSPECTIVAS DA IGREJA

Os documentos da igreja constituíram importante fonte de análise para os estudos em Direitos Humanos compreendidos ao longo da obra analisada por este artigo. A Igreja Católica, por ser uma instituição definida no tempo e no espaço, sofreu as vicissitudes culturais de diferentes épocas, influenciando e sendo influenciada pelos distintos contextos sociais e políticos desde o seu surgimento no período do Império Romano. Na época em que “Direitos Humanos” foi produzido, havia um regime de exceção, autoritário e antipopular no Brasil que subordinou algumas práticas a um sistema de censura e falta de liberdade política, o que não impediu iniciativas de inserção social de preceitos elaborados pelo poder central da Igreja Católica.

Roberto Mascarenhas Roxo analisou a documentação proveniente do Concílio Vaticano II (1961-1965), evento que legitimou a concepção de utopia dos Direitos Humanos (ROXO, 1978, p. 30-45). No período do Concílio, exerciam o papado João XXIII (1958-1963) e Paulo VI (1963-1978), pontífices que se caracterizaram pela defesa de aspectos sociais e pelas análises econômicas voltadas para os seres humanos. A distribuição de renda e a revolução social entraram na pauta, notadamente, da igreja da América Latina, região que sofreu de forma mais candente os efeitos da Guerra Fria por participar da economia mundial em uma situação de subdesenvolvimento e marginalização. A reação conservadora ao alinhamento socialista dos países da América do Sul traduziu-se nos golpes militares que fizeram permanecer no continente as realidades sociais voltadas para a concentração de renda.

Pelo Concílio Vaticano II, Mascarenhas Roxo exaspera a concepção do homem enquanto sujeito ativo da História e não enquanto determinado. Percebe-se um posi-

cionamento da igreja favorável às mudanças sociais protagonizadas a favor da distribuição de renda e da justiça. Os motores dessas transformações devem seguir os padrões do evangelho. A ordem social, nesses aspectos, precisa ser constantemente aperfeiçoada pela humanidade, de modo a extinguir as desigualdades e as injustiças. A partir desses documentos, salienta-se que a mudança social deve acontecer a partir de possibilidades reais, contextuais e concretas. O Concílio Vaticano II oficializou a concepção de homem pelas bases do antropocentrismo, fundamentando os direitos à liberdade ou autoafirmação do ser humano. O homem-natureza deu passagem ao homem-sujeito na História, respeitando os fenômenos históricos que por vezes podem ocasionar em rupturas ou continuidades (ROXO, 1978, p. 30-45).

O homem-sujeito foi associado a quem também decidiu a História, Jesus Cristo. Essas concepções atualizaram o papel do indivíduo cristão no seio da sociedade capitalista em que todas as relações obedecem à lógica da mercadologização. Portanto, o homem, ser histórico, fruto de uma cultura, de uma sociedade em que as relações econômicas capitalistas são dominantes, instrumentaliza os direitos por intermédio de leis sociais. Os Direitos Humanos devem traduzir as exigências sociais ao bem comum produzido pelas forças econômicas. A pessoa-comunidade apenas vai se realizar de forma plena se viver em função da coletividade, ao bem coletivo que, em sua concepção mais moderna, significa um bem econômico concreto e alcançável a todos, ou seja, um Estado de bem-estar voltado para a comunidade (ROXO, 1978, p. 30-45).

Na visão de José Maria Frutuoso Braga, no texto “Os Direitos Humanos nos documentos do Magistério Social da Igreja”, o Concílio Vaticano II trouxe a autonomia das realidades terrestres ao homem. Na visão antropológica enquanto fundamento social da igreja, o ser humano, associado à imagem de Deus, pôde transformar a natureza a seu serviço, desde que visando ao bem comum, representado pelo Estado, principal força a defender as

constituições e os Direitos Humanos. A universalização e a inviolabilidade dos direitos (alimentação, vestuário, educação, liberdade política e religiosa, informação, trabalho, saúde) devem estar assegurados pelas leis de cada Estado-nação (BRAGA, 1978, p. 46-66).

Nessa perspectiva, José Maria Frutuoso Braga analisou documentação dos papas Leão XIII (1878-1903), Pio XI (1922-1939), Pio XII (1939-1958), João XXIII (1958-1963), documentos do Concílio Vaticano II (1961-1965) e do 2º. Sínodo dos Bispos (1971). Por essa documentação, Frutuoso Braga verificou o posicionamento da igreja na modernidade pelo olhar da doutrina social, visão antropológica cristã de empregabilidade dos direitos do homem. Pelo viés católico, Deus é fonte de toda dignidade do ser humano, que deve ser livre e ter a capacidade de tomar as próprias decisões, pois é sujeito da História. Há uma reciprocidade dialética entre indivíduo e sociedade que deve ser estabelecida na base do bem comum, princípio da fraternidade cristã. Assim como em Mascarenhas Roxo, José Maria Frutuoso Braga definiu o conceito de bem comum enquanto bem moral concretizado na cooperação em que são formadas condições favoráveis ao desenvolvimento de todos os cidadãos (BRAGA, 1978, p. 46-66).

Ao analisar o pontificado de Leão XIII, o autor evidenciou a defesa dos direitos dos trabalhadores operários em seus discursos. O papa Leão XIII viveu no auge da 2ª. Revolução Industrial e trouxe para o debate as condições dos trabalhadores, o elo mais fraco nas relações dialéticas entre produtor e operário. Para o pontífice, a dignidade perpassava pela distribuição dos lucros gerados pela massa dos proletários, os verdadeiros geradores de riquezas. As desigualdades derivadas do sistema econômico capitalista/industrial revelavam o egoísmo e a ganância de um pequeno grupo que usufruía de privilégios em detrimento da exploração da maioria (BRAGA, 1978, p. 46-66). Esse discurso demonstra que as contradições inerentes ao sistema foram analisadas e debatidas pela expectativa do evangelho. Os direitos fundamentais dos trabalhadores, nes-

sa ordem, traduziram um papel essencial na busca pelas dignidades humanas.

Pio XI, por sua vez, viveu o contexto da crise de 1929 e criticou o sistema econômico dominante a partir do evangelho. Para o pontífice, o capitalismo significava despotismo econômico monopolista. As desigualdades sociais eram antinaturais, anticristãs e incompatíveis com o comportamento solidário e fraternal que se esperava do ser humano. Seguindo a tendência, Pio XII, contemporâneo da Segunda Grande Guerra, propôs que fossem oficializados direitos emergidos da “nova ordem mundial” que se configurou após o conflito, base do pensamento de João XXIII, pontífice favorável a uma socialização a favor do desenvolvimento de todas as pessoas. Esses posicionamentos demonstram que o discurso oficial da igreja acompanhou o desenvolvimento e o progresso das forças produtivas que culminaram no grande fortalecimento econômico dos Estados-nações com as respectivas contradições que se verificaram nos séculos XIX e XX (BRAGA, 1978, p. 46-66).

Neste contexto, a Encíclica *Mater et Magistra* (1961) levantou a questão da dignidade do trabalho e os direitos do trabalhador, abordagens defensoras da busca de um salário satisfatório, participação nos lucros e bens da empresa. Pelo documento, o trabalho deve aperfeiçoar o sujeito, garantir sua dignidade e o seu crescimento pessoal. Em relação à empresa, esta deve ser uma comunidade de pessoas nas relações e nas funções. No mesmo direcionamento e impetrando como alvo a perspectiva do Estado, a Encíclica *Pacem in Terris* (1963) tratou dos direitos da pessoa, independente da nação ou regime político. Em comum, esses documentos explanam o teor universal da Igreja Católica na defesa dos trabalhadores assalariados. Pelo viés cristão, os poderes públicos devem prezar pelo bem comum e, a lei, assegurar uma ordem social ancorada na igualdade fundamental. Nesse contexto de Guerra Fria e Estados de bem-estar social, os poderes públicos se tornaram instituições voltadas para a defesa dos excluídos e marginalizados. O Estado-nação se tornou,

portanto, parte preponderante na defesa dos Direitos Humanos (BRAGA, 1978, p. 46-66).

No 2º. Sínodo dos Bispos (1971), documento aprovado por Paulo VI, ficou subentendido ao pontífice a atuação da igreja em relação à justiça. A bandeira da democracia foi exaltada devido à ideia de que somente a liberdade política pode garantir aos homens o desfrute de direitos fundamentais. Liberdade política, por essa abordagem, traz aos seres humanos consciência para transformar as desigualdades, solucionando o que ficou entendido como o principal problema da modernidade, a marginalização social de grandes massas, patologia a ser resolvida pela defesa dos direitos fundamentais mais urgentes: a vida, o crescimento, a família, a participação política, a informação, a educação, a segurança e o diálogo (BRAGA, 1978, p. 46-66).

Dom Paulo Evaristo Arns, no texto “Pastoral dos Direitos Humanos”, trouxe para o debate o Sínodo da Evangelização (1974) e a consequente concepção de que as principais mensagens de dignidade e direitos fundamentais estão na Bíblia. Evaristo Arns foi um clérigo atuante nas obras sociais da Pastoral da Arquidiocese de São Paulo. Em sua luta pela defesa dos Direitos Humanos, enunciou algumas questões, como: direito à vida e à dignidade humana, direito de acesso aos valores culturais, liberdade de religião, direito livre ao estado de vida, família e educação, direitos econômicos, ao trabalho, consumo, participação na produção, independência e propriedade; direito à livre associação, à livre circulação e livre escolha de moradia e, por fim, liberdade política. O principal alvo de Dom Paulo Evaristo Arns em relação às liberdades estava no governo militar do Brasil, poder ditatorial que pela censura conseguia o silêncio das camadas elitizadas da sociedade brasileira, notadamente, a classe média assalariada. (ARNS, 1978, p. 96-101).

PERSPECTIVAS DO ILUMINISMO E DA ATUALIDADE

A terceira abordagem presente no livro “Direitos Humanos” orbitou em torno das ideias iluministas e da concepção de direitos

da contemporaneidade. Em 1978, a discussão acerca a temática dos Direitos Humanos estava em estágio avançado e, pelo desenrolar da obra, percebe-se que as reflexões sobre as implantações das questões fundamentais da dignidade humana atingiam um caminho sem volta. As realidades latino-americanas pautadas por uma participação periférica no mercado mundial reforçavam as ideias de que o Estado devia se tornar um agente de direitos.

Hubert Lepargneur, ao analisar o recorte do século XIX, indica a problemática dos direitos que, influenciados pela filosofia iluminista, estavam na orientação das constituições burguesas. Nos EUA, havia a crítica protestante aos excessos do capitalismo, uma perspectiva reformista que visava a limitação dos lucros e a justificação social da produção. Pelo lado católico, a defesa da liberdade de consciência e da liberdade religiosa se tornaram um direito natural. Essas duas correntes cristãs resguardavam a justiça social aliada à liberdade política. Portanto, o cristianismo de viés antropocêntrico validava a partir da Bíblia críticas contra um sistema econômico gerador de desigualdades e voltado para o individualismo. Nessa realidade liberal, estadunidense, houve fusão do ideal religioso cristão com o ideal humano. A teoria e a prática dos direitos levaram à construção de um conceito de liberdade que caracterizou aquela sociedade (LEPARGNEUR, 1978, p. 07-21).

O autor, ao pensar a realidade em sua contemporaneidade, estabeleceu que todo direito deve ser verificado em seu contexto, de modo concreto. Crítico declarado das revoluções radicais, Lepargneur preocupou-se mais com as análises históricas do que ideológicas do direito, pensamento compreensível ao se levar em conta o contexto da geopolítica bipolarizada do período, pois dois blocos distintos rivalizavam pela supremacia econômica, política e militar. Pensando a realidade latino-americana, levantou-se o fato de que até 1917 as constituições latinas eram individualistas e liberais, determinando um abismo entre as constituições sociais e a prática concreta, fator agravado pelas inflações

e pelos governos militares (LEPARGNEUR, 1978, p. 07-21).

O autor Waldemar Valle Martins, responsável pelo texto “Direitos Humanos: aspectos filosóficos”, estabeleceu o conceito moderno dos direitos a partir da Teologia e da Filosofia. Na comparação entre esses dois campos do saber, rubricou que a verdade, para a Teologia, aparece de forma revelada, mas sem entrar em conflito com a Filosofia, de modo que esta possui enquanto vocação a classificação dos diferentes campos do conhecimento. Para Valle Martins, analisar os Direitos Humanos necessariamente exige a definição do homem, que pode ser problematizado a partir de duas abordagens, a perspectiva da natureza em que o ser humano é fixo, imutável e inato, e a perspectiva da História, em que o ser humano é relativo e fruto de seu meio social. Ao longo dos textos do livro “Direitos Humanos”, essas duas perspectivas apareceram nas análises históricas dos direitos, com o triunfo da segunda ideia de homem a partir do Iluminismo do século XVIII (MARTINS, 1978, p. 73-83).

Ainda no campo filosófico contemporâneo, Romano Rezek, autor de “Contribuição do pensamento de Teilhard de Chardin para os Direitos Humanos”, analisa a influência cristã dos filósofos iluministas que motivaram a concepção de direitos do período. No século XIX, a ideia de direito era estática e individualista, concepção influente na obra do filósofo Teilhard de Chardin (1881-1955). Romano Rezek estabeleceu as bases da relação do pensamento desse pensador com os direitos fundamentais do homem. Influenciado pelo individualismo de seu tempo, Chardin voltou sua teoria social para o individual na medida em que o homem deve ter as condições de se desenvolver de forma constante para a melhoria da sociedade, um conjunto formado por pessoas, cada qual a seu modo, em contínuo aperfeiçoamento. Nessa espécie de humanismo voltado para o progresso e a grandeza do homem, o conjunto evolui conforme o desenvolvimento pessoal de cada

um. Teilhard de Chardin, filósofo liberal e influenciado por Tocqueville, estabeleceu as bases da noção de direitos a partir do sistema burguês de produção (REZEK, 1978, p. 84-90).

No período moderno, o ponto em comum das concepções de direitos foi o liberalismo nascido com o Iluminismo. As teorias sociais centravam-se no indivíduo. Dalmo de Abreu Dallari seguiu essa linha de raciocínio no texto “Constituição e Liberdade”. Ao discorrer sobre as constituições burguesas, o autor enalteceu a influência das revoluções iluministas na oficialidade das leis e nas declarações de direitos. Na prática, porém, deixou explícito que as desigualdades sociais impedem uma igualdade de direitos, deixando transparecer que o ideal constitucional se transforma num discurso de difícil execução prática nos regimes econômicos capitalistas (DALLARI, 1978, p. 91-92).

Hélio Pereira Bicudo seguiu a mesma linha de Dalmo de Abreu Dallari, ao questionar as declarações de direitos advindas de constituições burguesas. No texto “Aspectos Políticos dos Direitos Humanos”, Hélio Bicudo criticou a falta de liberdade política em regimes chamados de “democráticos” e o quanto o sistema capitalista provoca uma profunda alienação política e econômica nas pessoas. Em sua reflexão sobre o poder, estabeleceu que a ideologia dominante impede que a sociedade se mobilize para o alcance de uma efetiva justiça social. A finalidade desse texto de Pereira Bicudo perpassou a crítica ao regime militar brasileiro e o consequente desrespeito aos direitos constitucionais. Para finalizar, Bicudo reafirmou que a questão dos Direitos Humanos sempre será um componente político, o resultado das pressões sociais em relação ao Estado e aos grupos hegemônicos. As constituições nascidas das revoluções liberais trouxeram enquanto direito fundamental os direitos políticos, porém, com a institucionalização das desigualdades características do sistema capitalista, a igualdade de direitos tornou-se um discurso não verificável na prática (BICUDO, 1978, p. 93-95).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, ratifica-se que a questão dos Direitos Humanos se consolidou a partir das revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX. A independência dos EUA e a Revolução Francesa instrumentalizaram na prática as ideias liberais voltadas para a emancipação dos indivíduos. As revoluções trouxeram importantes avanços para o campo político e jurídico na medida em que os privilégios de classe foram abolidos, porém, o recrudescimento do sistema capitalista impediu que houvesse uma igualdade de direitos no campo social. No século XX, a bipolarização do pós-guerra com a consequente divisão do planeta em dois blocos aumentou ainda mais o fosso entre os países industrializados e os países subdesenvolvidos, pois em nome de uma ideologia voltada para a “liberdade”, as regiões periféricas adentraram ainda mais numa condição de subordinação econômica em favor de pequenos grupos elitizados que mantiveram políticas conservadoras de atendimento aos próprios interesses.

O livro “Direitos Humanos”, apesar de escrito em 1978, se mantém atual no Brasil, pois muitos dos problemas levantados pelos autores ainda não foram solucionados e, os direitos sociais, após o golpe parlamentar de 2016, se tornaram regressivos. A realidade latino-americana caracteriza-se pelas desigualdades em diversos aspectos. Os autores verificados em “Direitos Humanos” trouxeram para o debate esses problemas gerados por um sistema excludente agravado pela condição política a que o Brasil passava, pois, o regime militar manobrava o jogo democrático de acordo com os seus interesses, censurando as vozes discordantes que ousavam questionar as faltas de liberdade e justiça tão verificadas. Por fim, esse artigo demonstrou algumas das perspectivas desses autores de formações múltiplas numa temática em comum, os Direitos Humanos historicamente constituídos, de forma dialética, perpassando as contradições dos diferentes contextos culturais e históricos. As conclusões apresentadas se mantêm em aberto, pois as análises dos direitos fundamentais constituem um campo em construção.

REFERÊNCIAS

- ARNS, Paulo Evaristo. Pastoral dos Direitos Humanos. In: **Direitos Humanos**. Vários Autores. São Paulo: Edições Paulinas, 1978.
- BICUDO, Hélio Pereira. Aspectos Políticos dos Direitos Humanos. In: **Direitos Humanos**. Vários Autores. São Paulo: Edições Paulinas, 1978.
- BRAGA, José Maria Frutuoso. Os Direitos Humanos nos documentos do Magistério Social da Igreja. In: **Direitos Humanos**. Vários Autores. São Paulo: Edições Paulinas, 1978.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Constituição e Liberdade. In: **Direitos Humanos**. Vários Autores. São Paulo: Edições Paulinas, 1978.
- FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**, 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.
- GORGULHO, Gilberto S. O Evangelho e os Direitos Humanos. In: **Direitos Humanos**. Vários Autores. São Paulo: Edições Paulinas, 1978.

LEPARGNEUR, Hubert. A Conquista dos Direitos Humanos: esboço histórico. In: **Direitos Humanos**. Vários Autores. São Paulo: Edições Paulinas, 1978.

MARTINS, Waldemar Valle. Direitos Humanos: aspectos filosóficos. In: **Direitos Humanos**. Vários Autores. São Paulo: Edições Paulinas, 1978.

REZEK, Romano. Contribuição do pensamento de Teilhard de Chardin para os Direitos Humanos. In: **Direitos Humanos**. Vários Autores. São Paulo: Edições Paulinas, 1978.

ROXO, Roberto Mascarenhas. Teologia e Direitos humanos. In: **Direitos Humanos**. Vários Autores. São Paulo: Edições Paulinas, 1978.

SANTOS, B. Beni dos. Justiça Social e Direitos Humanos. In: **Direitos Humanos**. Vários Autores. São Paulo: Edições Paulinas, 1978.

Submetido em: 15-8-2018

Aceito em: 20-12-2018